

“Histórias de pescador”: ética e memória popular - narrativas orais de pescadores artesanais e marisqueiras em Ilhéus, BA, 1960-2008

Luiz Henrique dos Santos Blume*

Resumo

Esta comunicação trata das relações entre ética e memória popular, dialogando com narrativas orais de marisqueiras e pescadores artesanais de Ilhéus, Bahia. Diante da modernização e das políticas para a pesca na Bahia, das diversas instituições que lidam com os pescadores artesanais, percebemos uma defesa das artes da pesca tradicionais nas memórias e narrativas das marisqueiras e pescadores. Estes modos de vida encontram-se no centro de um diálogo sobre tradições, mercados de abastecimento, organização de associações e colônias de pescadores, instituições da pesca e universidade.

Palavras-chave: narrativas, história oral, pescadores artesanais.

Resumé

Cette communication traite de les relations sur éthique et mémoire populaire, en dialogue avec narratives orales du femmes qui cueillions moules e pêchers artesanais in Ilhéus, Bahia. Davant la modernization e les politiques pour la pêche in Bahia, du les diverses institutions qui travaillent avec les pêchers communautaires, percevons une defense des engins de pêche communautaires en les mémoires et narratives du les femmes qui cueillions moules et pêchers. Les modes du vie si rencontre in centre dune dialogue sur traditions, marché du approvisionnement, organization de les associations e associations des pêchers, institutions de la pêche e université.

Mots: narratives, histoire orale, pêchers communautaires.

Esta pesquisa dialoga com as experiências de vida e trabalho de pescadores artesanais e marisqueiras na defesa da pesca artesanal, presentes na memória e na vida cotidiana dos pescadores de Ilhéus. Nas narrativas orais, marisqueiras e pescadores artesanais trazem processos sociais da luta cotidiana pela sobrevivência e pela manutenção de modos de vida e trabalho tradicionais. Desde 2004, quando ingressei na Universidade Estadual de Santa Cruz para lecionar no curso de História, mantenho contatos com pescadores artesanais, lideranças de colônias de pescadores, na busca de um diálogo com esses sujeitos que lidam com a pesca e coleta de mariscos nas lagoas, mangues e estuários do litoral sul e baixo sul da Bahia. O desejo de lidar com esta temática, envolvendo histórias de vida de pescadores artesanais, é mais antigo. Meus avós maternos eram pescadores, na comunidade da Caçandoca, bairro rural localizado em Ubatuba, SP, próximo à BR-101, onde passava férias em família. Essas *recordações* de infância tecem uma ligação com esta pesquisa, na medida em que lido com as memórias das marisqueiras e pescadores artesanais de Ilhéus, BA.

* UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz. PUCSP - Doutorando em História Social.

A desestruturação da cacauicultura como principal atividade econômica da região no final da década de 1980 do século passado atingiu a dinâmica de vida de vários segmentos sociais, a exemplo dos pescadores artesanais. Desde este período, a região sofreu profundas transformações ocasionadas pelo desemprego em massa de ex-trabalhadores do cacau, a devastação do ambiente marinho e o avanço turístico e industrial. No processo de favelização e ocupação de áreas estuarinas, como é o caso do bairro Teotônio Vilela, às margens do rio Cachoeira, este foi transformado em local de moradia de muitos ex-trabalhadores do cacau, pescadores e marisqueiras. Com a crise da lavoura cacauífera, muitos encontraram na atividade de pesca e coleta de mariscos uma forma de sobrevivência, tornando a mariscagem mais difícil.

Ao realizar as primeiras entrevistas com lideranças de colônias para o projeto de pesquisa, procurei encontrar em suas narrativas as principais demandas atuais da categoria dos pescadores. Este princípio pautou-se por uma postura que me pareceu mais próxima de um intelectual militante, em vez de “parceiro” dos pescadores. Nas narrativas, percebi *tensões* e *oposições* aos projetos e objetivos das colônias e dos órgãos governamentais. Há um questionamento do afastamento das atividades da colônia Z-34 com antigas funções que ela desenvolvia, há décadas atrás. Isto fica um pouco claro quando as narrativas indicam projetos para a colônia que apostam na *modernização de equipamentos e comercialização em grandes redes de atacado*. Assim é que as queixas e críticas de alguns pescadores e marisqueiras artesanais assumem uma postura de defesa de modos de vida e pesca tradicionais, de certa forma, incompatíveis com os padrões de qualidade e técnica necessários aos mercados de abastecimento. No entanto, a dúvida que fica é se tais *projetos* teriam como incorporar todos os pescadores artesanais. Como ficariam os pescadores e marisqueiras que estão à margem das normas e instalações sanitárias, indispensáveis para realizarem o comércio com centros de abastecimento? Vamos à nossa conversa com o gerente administrativo da Colônia de Pescadores Z-34, Márcio Vargas:

“Márcio Vargas: Então Zé Neguinho teve a idéia de criar essa estrutura, conseguiu o financiamento em noventa e oito (1998). A CEPLAC fez o projeto e recebeu o trabalho de assistência técnica, mas como eu te falei, a CEPLAC perdeu aquela estrutura que tinha de extensão, e conseqüentemente com isso, primeiro, cometeu uma série de erros na elaboração do projeto, então o valor que foi gasto aqui era pra ter SIF, era pra ter feito dentro das exigências do SIF, infelizmente, por erros...”

Luz Blume – O que é o SIF?

Márcio Vargas – Serviço de Inspeção Federal. Bom, o SIF, nós poderíamos já estar processando, agregando o valor nos produtos para vender nas redes de supermercado.

Luiz Blume – As grandes redes de atacado.

Márcio Vargas – Exatamente, com o código de barras, infelizmente, então nós não tivemos

nem o SIE, que é o Serviço de Inspeção Estadual, por essa falha da CEPLAC.”¹

Porém, ao que parece, a entrada no mercado de abastecimento, fornecendo pescado para as grandes redes de abastecimento é uma perspectiva que está no horizonte de organização de várias lideranças e pessoas envolvidas na pesca. Márcio nos falou com certo orgulho como conseguiu resolver o problema da finalização da obra na colônia e, ao mesmo tempo, nos indica a preocupação com a incorporação de tecnologias e práticas modernas de pesca, que possibilitariam a competitividade, além de *agregar valor* ao pescado.

Percebi que há diferentes pressões e posições em torno da experiência das marisqueiras e pescadores artesanais em Ilhéus, envolvendo parte de suas lideranças que disputam lugares e representações políticas junto às instituições que lidam com a pesca artesanal e os pescadores, como BAHIAPESCA, INSS, SEAP e outras. De outro modo, as narrativas de marisqueiras não vinculadas aos grupos políticos de sustentação das tradicionais lideranças de pescadores vinculadas às colônias de pescadores Z-34 e Z-19, também revelam outras redes de articulação e organização do trabalho da pesca. Nestas narrativas, a presença da família, da vizinhança, do saber artesanal que é ensinado às mulheres e filhos, parece estar muito mais próxima de uma atividade exercida de forma comunitária e familiar, distante de um modelo de produção econômica pautada nas grandes redes de abastecimento.

Estes projetos para a pesca artesanal em Ilhéus são revelados nas narrativas dos pescadores. Tratando de suas vivências atuais, refazem, nas narrativas, o caminho que os levou à mariscagem e à pesca artesanal, inicialmente como uma forma de sobrevivência, e com o passar do tempo, incorporando estes elementos da pesca artesanal na cultura e nos modos de vida e trabalho de gerações posteriores.

Nas narrativas de Dona Eliúdes, uma das marisqueiras mais antigas do bairro de São Miguel, atualmente aposentada, expressam-se várias diferenças em relação aos rumos da colônia de pescadores Z-34. Entre estas diferenças, destaca a perda de prestígio político dos pescadores artesanais, com o afastamento de lideranças políticas tradicionais na Bahia, após a eleição do governador Jacques Wagner, do PT. Segundo ela, tais lideranças permitiriam a pesca da lagosta, mesmo em períodos de defeso, o que dá lucros melhores aos pescadores artesanais e pescadores do bairro de São Miguel, pois além de realizarem a pesca da lagosta, alugavam casas de veraneio aos pescadores de outras regiões que vinham para Ilhéus.

¹ Márcio Vargas Barbosa. Entrevista realizada por Luiz Henrique dos Santos Blume. Ilhéus-BA, 21/08/2004.

“Eliúdes: _ (...)Porque, uns anos atrás, isso aí era proibido, mas você sabe que quem manda, é quem tem mais. Antônio Carlos Magalhães é que era mais o forte da maricultura. Estima que uma hora dessas o São Miguel tava cheio de pescadores, de Valente, de Ituberá, que vinham de lá, alugavam as casas para explorar a lagosta aqui, e este ano a fiscalização está mesmo, que, as lanchas, da Marinha, IBAMA [Instituto do Meio Ambiente], está aí, fiscalizando, não pesca, né, porque eles dizem que é predatória, porque essa lagosta, eles não souberam se unir para reivindicar, como os Sem-Terra (...) eles dizem que a pesca é proibida, porque a rede traz o cascalho, o cascalho onde elas se reproduz, aí é verdade (...)aí, este ano, Antônio Carlos Magalhães, a política dele, não teve força para se levantar, e o pescador ficou nessa, todo ano não pesca, os pescadores ficavam esperando, esperando, daqui a pouco, liberou, liberou, logo, liberou aí pescar, agora este ano, o tempo da política, vale muito, aí, porque a política, Antônio Carlos Magalhães perdeu, acabou, o pescador está tudo aí parado. Investiu em rede...”²

Em nossa conversa, a posição contrária à proibição da pesca da lagosta no período de defeso ocupou um tempo só comparado às críticas que fez à administração da colônia de pescadores Z-34. De certa forma, a entrevista poderia ser dividida em dois tópicos: primeiro, sua experiência como marisqueira, a organização da colônia, e em segundo lugar, a falta de controle dos assuntos da colônia, com o episódio da penhora dos bens da colônia pelo não-pagamento do financiamento dos barcos, e da fraqueza das lideranças políticas dos pescadores. Os dois tempos estão imbricados na última parte de sua narrativa, quando, ao contrário do que pregam as lideranças dos pescadores e as instituições ligadas à pesca, prega abertamente a pesca da lagosta no período de defeso.

*“Luiz Blume: _ Mas quem era beneficiado, era o grande pescador ou o pequeno pescador?
Eliúdes: _ Não, o pequeno também se beneficiava, porque ele vai, pescou com a rede dele, a lagosta é caríssima, tem muito pescador aqui que fez a sua casa, compraram os seus móveis, agora tem muito que gasta tudo, ó, na bebida, é aquele que não soube aproveitar, não é? Muitos que aproveitam, vai comprando uma rede, mais material, os de Valença vão trazendo a rede pronta, chega aqui, vende, bastante rede a eles, eles costumam, aí, quer dizer, prejudicou eles, porque eu vou dizer, vocês não souberam se unir, porque vê os Sem-Terra, não se unem? Porque tem colônias, toda essa região da Bahia, eles se juntam, cada pescador, com sua colônia, fazia um grupo, não é não? Chamava a televisão, Ilhéus, Itacaré, Canavieiras, não é?”³*

Ao fazer a defesa da “proteção/privilégio/direito” à pesca da lagosta, mesmo que proibida, dona Eliúdes desloca-se no tempo, trazendo um tempo em que os pescadores tinham uma “obediência” às lideranças da colônia, e hoje, deslocando para o tempo presente, quando o poder e o prestígio das lideranças não impedem a proibição da pesca da lagosta.

Conforme D. Eliúdes, a força política de ACM fazia transgredir a lei em benefício dos pescadores que faziam da pesca da lagosta uma oportunidade de obter maiores ganhos, além dos próprios moradores do São Miguel, que alugavam casas, barcos e eram empregados em

² Maria Eliúdes Oliveira da Silva, em 30.04.2007.

³ Maria Eliúdes Oliveira da Silva, em 30.04.2007.

mão-de-obra na pesca da lagosta. Dona Eliúdes lamenta a perda de prestígio político de ACM, ao mesmo tempo em que inclui sua posição política de divergência com os atuais rumos da colônia de pescadores Z-34, que teria perdido força e prestígio junto aos pescadores.

Assim, dona Eliúdes associa a imagem de “força política” e “prestígio” junto aos pescadores à figura de ACM e Zé Neguinho, duas “lideranças” que defendiam os interesses dos pescadores. No entanto, ao colocar a responsabilidade da proibição da pesca da lagosta à falta de lideranças, ao mesmo tempo acusa os pescadores de não pagarem a taxa sobre o pescado, em torno de 10%, à colônia, como forma de contribuição para o fortalecimento da associação. Questiona ainda o porquê da colônia não fazer um esforço para esta cobrança, motivo do enfraquecimento da liderança de Zé Neguinho junto aos pescadores e às autoridades, pois a mesma comparou os pescadores ao MST, que se organiza, vai até Brasília e consegue seus direitos.

Além desse tema, apareceu com força a dívida que a colônia de pescadores Z-34, na presidência de Zé Neguinho, contraiu com bancos. A colônia tomou um empréstimo para a ampliação e instalação de novos equipamentos na sede, mas ainda não conseguiu terminar a obra. Associada a esta pendência, há o financiamento de embarcações de pescadores junto ao Banco do Nordeste, realizado em nome da colônia. Sendo a colônia Z-34 a fiadora de tais empréstimos, hoje tem um passivo de dívida que pode inviabilizar o seu funcionamento. Esta dívida pode até mesmo atingir a maioria dos pescadores que moram no bairro de São Miguel, pois conforme Dona Eliúdes nos relata, os terrenos da península de São Miguel pertenciam aos antigos membros da família Lavigne, que cederam à colônia o seu usufruto para que os pescadores artesanais e a colônia de pescadores se estabelecessem por lá.

Percebemos diferentes concepções de mundo e de política em disputa. Dona Eliúdes, presente na Colônia de Pescadores desde 1966, viu seu pai organizá-la, junto com outros pescadores. Faz parte de um grupo de pescadores de um período mais antigo, fazendo referências a um tempo em que o pescado era mais fácil de se obter e a colônia teria mais serviços a oferecer aos associados. Dona Eliúdes liga suas experiências atuais ao tempo em que estava mais ativa, à frente da secretaria da associação, como ela mesma fez questão de dizer, “*colocada pelos pescadores*”.

Dona Eliúdes altera os tempos de antes, e hoje, para falar do que entende serem “perdas”, *evocando estruturas de sentimento*, ao tratar de um passado, mitificando-o também no presente, ao fazer parte do mito político que estava sendo deposto, a política no “estilo ACM”. Esta poderia significar um desrespeito à lei em nome de seus “protegidos”, no caso, os pescadores de lagosta.

Neste sentido, é preciso perceber o trabalho da consciência numa determinada conjuntura, e o momento da entrevista (encontro entre pesquisador e narradores) é o momento em que estas ambigüidades poderão aparecer com mais nitidez. O encontro com algumas marisqueiras do bairro do Teotônio Vilela e São Miguel pôde revelar o quanto ainda estava imbuído de uma perspectiva acadêmica que privilegiava o olhar e as técnicas de produção do conhecimento elaboradas na academia.

Em uma primeira entrevista realizada, nosso “batismo de fogo”, acertados os contatos iniciais, fomos até a residência de D.Júlia, então com 60 anos de idade, marisqueira, no bairro do Teotônio Vilela. Era sábado, um começo de tarde abafada, como são as tardes de pleno verão na região. Estava ansioso para fazer a primeira entrevista com “meus *sujeitos*”. Ao entrevistar o primeiro grupo de marisqueiras, notei que meu destino se encontrava novamente com as lembranças de minha infância. Talvez os diálogos daquela tarde de sábado tivessem me colocado novamente com um tempo e uma experiência coletiva de *ser caiçara*, agora que a pesquisa sobre *ser pescador e ser marisqueira* se organiza para a realização de estudos do doutorado.

A conversa com este grupo de marisqueiras foi importante para estabelecer uma relação de troca com os sujeitos da pesquisa. Até então, tinha conversado com o gerente da colônia de pescadores Z-34, Márcio Vargas. Apesar de ter indicado alguns pescadores para futuras entrevistas, preferi iniciar nosso diálogo com um grupo de marisqueiras que não fizesse parte da “orientação política” da colônia, uma vez que pretendia buscar não apenas narrativas que corroborassem com a visão “empreendedora” da mesma. Foi assim que eu e a estudante de História Fabiana encontramos as marisqueiras Dona Júlia, sua filha Maria Helena e sua vizinha, Dona Tertulina.

Dona Tertulina não nos contou no primeiro encontro como chegou a se tornar marisqueira, pois como veremos, teve dificuldades em obter o benefício de aposentadoria, e temia que suas falas pudessem ser mal interpretadas. Como aprendeu as artes da pesca com o ex-marido, talvez tivesse temor de que isso fosse entendido como uma “deficiência”. Desconhecendo nossos objetivos e intenções, preservou esta informação, mas quando Fabiana novamente entrevistou-a, um ano depois, já com mais confiança, disse que aprendeu o ofício com o ex-marido. Na primeira conversa que tivemos, mostrou-se crítica à colônia de pescadores Z-34, principalmente em relação ao fato do presidente da colônia, Zé Neguinho, em reunião no bairro Teotônio Vilela, ter dito que as marisqueiras teriam que vender os seus produtos diretamente à colônia. Naquele período, Dona Tertulina preferia vender seus

mariscos por conta própria, pois conseguia um preço melhor do que o oferecido pela colônia Z-34. Dessa forma, tinha restrições à orientação da colônia. Porém, quando conversamos novamente, quatro anos depois, ela já tinha obtido o seu benefício de aposentadoria, através da colônia e, dessa forma, sua narrativa ressaltou os ganhos que obteve como marisqueira e a sua luta para obter a aposentadoria.

Poderia falar das dificuldades iniciais para definir um “conceito” de “ser marisqueira”, “pescadeira” ou “ser pescador”, pois as narrativas eram marcadas por um embate entre experiências dos pescadores artesanais e as agências do Estado. Pude perceber isto especialmente quando os pescadores e marisqueiras falam da sua dificuldade em obter a aposentadoria ou qualquer outro benefício. Devido ao fato de ter os pedidos negados pelos funcionários da agência local de previdência, as marisqueiras procuravam cercar-se de definições mais próximas de uma “cientificidade”, demonstrando uma dificuldade em “definir” de forma “conceitual” a pergunta feita pelo pesquisador. Ao mesmo tempo em que o diálogo com o pesquisador revelava para Dona Tertulina uma nova oportunidade de *dizer* aquilo que gostaria ao funcionário local da agência do INSS, ela também fez questão de *demonstrar* a sua “ciência”, ao “testar” os conhecimentos dos seus entrevistadores:

“Luiz Blume - Tertulina o que é que é pescar para você? [Nesse momento, o sr. Gileno apresenta um manzoá aos pesquisadores]

Maria Helena -Aí manzoá é isso aí!

Dona Júlia -Aí moréia. Aratu, o que entrar aí não sai.

Luiz Blume -Posso tirar uma foto?

[Então Dona Tertulina explica como o manzoá é utilizado]

Tertulina - Aí ele entrou aqui , vamos supor que aqui é um pé do mangue, você abre uma cama porque lá na...coloca ele, vamos supor; aí você coloca ele no galho do mangue. Vamos supor que aqui é um pé do mangue, você abre uma cama porque lá na vamos supor aí você coloca ele, vêm de lá pra cá você pega um gancho e bota ele aqui em cima...

Luiz Blume - Você pode mostrar de novo como vacê fez?

Dona Júlia - Bota ele empezinho!

Tertulina - Pera aí, para aí, deixa eu consertar ele direito.

Luiz Blume - Como você tinha demonstrado aí...

Tertulina - Pode deitar ele.

Dona Júlia - Não.

Tertulina - Ele quer deitado. A gente coloca ele aqui aí vêm lá com um gancho...

Luiz Blume - Como é que é?

Tertulina - Coloca um gancho,[reforçando] menino!⁴”

Percebemos que Dona Tertulina quis reforçar a ideia de que tinha os conhecimentos necessários à arte da pesca, apesar de ter formulado uma resposta que pareceu incoerente aos ouvidos acadêmico-científicos. Mas esta dificuldade de compreensão também pode revelar um embate entre a experiência de vida e de trabalho destas marisqueiras com o INSS. Em se

⁴ Entrevista com Júlia Dias de Castro (60 anos); Gileno Ferreira dos Santos (75 anos); Maria Helena Castro dos Santos (32 anos); Tertulina Ferreira Mota (59 aos). Entrevistadores: Luiz Henrique dos Santos Blume e Fabiana de Santana Andrade, em 12/11/2004.

tratando de definições e conceitos operatórios em termos das atividades ligadas à pesca artesanal há dificuldade de se obter definições claras, pois há tantas denominações diferentes quantas práticas da pesca e mariscagem. Esta passagem é importante para perceber, conforme Bakhtin (1999: p.46), o quanto a disputa pela linguagem faz parte da arena da luta de classes. Muitas vezes, usamos termos que não coincidem com os significados que os grupos populares fazem dos eventos em seu cotidiano, que se autodenominam quase sempre a partir da relação que mantêm com a pesca enquanto um modo de vida e trabalho presente em sua cultura.

Enquanto entrevistávamos o grupo, estudando-os para buscar a melhor maneira de obter informações, também estávamos sendo estudados. De início, Dona Júlia e Helena foram nossas interlocutoras. Porém, passados cerca de vinte minutos de conversa, e após Dona Júlia ter solicitado a participação de Dona Tertulina, a mesma revelou-se uma ótima narradora. Seu silêncio inicial, enquanto fazíamos perguntas, e sua eloquência e intervenção posterior em vários momentos da entrevista, somente ao final da entrevista pôde ser elucidada. Naquele ano, Dona Tertulina não conseguiu obter o benefício da aposentadoria especial para a categoria de pescadores artesanais. Sua queixa aos entrevistadores deu-se no sentido de que o fato de termos um vínculo com a UESC, também representávamos um *poder*, enquanto membros de uma instituição estatal. Dessa forma, talvez inicialmente acreditasse que as perguntas se tratassem de um “teste” para que ela pudesse apresentar seus motivos de discordância com o parecer do funcionário da agência de previdência local, negando-lhe o benefício da aposentadoria, pois não teria respondido de forma correta ao funcionário do INSS.

Apesar dos projetos vinculados às colônias e associações de marisqueiras visarem a organização da produção do marisco para a venda nos mercados de abastecimento em Ilhéus e região, o alcance em termos de mercado desta coleta pode ser considerado pequeno. Porém, para a maioria das marisqueiras, representa a sua sobrevivência e a oportunidade de um trabalho que gera renda e oportunidades. Assim é que Dona Tertulina, quatro anos após nosso primeiro encontro, fez questão de, após nossa conversa, nos levar até sua casa, para conhecê-la. Após obter sua aposentadoria, continuou a mariscar, apesar de ter diminuído seu ritmo de trabalho. Com um sorriso de vitória, ao tempo em que me despedia das marisqueiras à frente de sua casa, subiu na laje de sua casa e de lá nos despedimos. Este fato é bem representativo do que significou a mariscagem para sua vida, pois foi através dela que conseguiu criar sua família, após o divórcio de seu companheiro, e enfim pôde terminar a construção da sua casa.

Dona Tertulina narra a sua vida hoje, após obter a aposentadoria e construir sua casa,

procurando usar os melhores termos para responder às perguntas, já que “aprendeu” que a linguagem é importante para as suas lutas, no cotidiano, nos embates que têm com os órgãos do Estado e colônias de pescadores. Assim Dona Tertulina fala do momento em que obteve a aposentadoria:

“Dona Tertulina: Eu não esperava, né, eu não esperava não, para mim foi uma surpresa muito grande... é, a minha aposentadoria. Porque antigamente, esses marisqueiros, logo, os mais velhos, não recebia, décimo, seguro desemprego certo, e quando eu me colonizei, já quase, no ano de me aposentar, eu recebi, primeiro o seguro-desemprego. E aí quando eu fui, o meu benefício chegou, pra mim foi uma surpresa grande, porque quando eu cheguei lá, eu achava que era só o dinheiro do mês, né, que eu me aposentei, mas não, aquele dinheiro, todo mês eu pagava a colônia, ele, tava correndo juro, porque quando meu dinheiro veio, ele veio sete mil reais...

Luiz Blume: Éita, beleza!

Dona Tertulina: [risos] Aí foi um susto muito grande para mim, né? Mas foi bom, valeu a pena, eu morava numa casinha muito humilde, eu tive logo sabedoria, comprei material, mandei fazer a fundação da casa, abriu as colunas, bati laje, hoje minha casa é de laje, né? Através da, pescaria!”⁵

As perspectivas teórico-metodológicas também podem encobrir posições e tensões na escrita da História. Por isso é que a linguagem pela qual apresento os sujeitos não se pauta por descrições etnográficas, mas entendendo como esta linguagem encobre, qualifica ou desqualifica um conhecimento e saber técnico presente há gerações de marisqueiras e pescadores artesanais em Ilhéus.

Dessa forma, coloco-me em certa medida, no interior do debate da prática cultural de que nos fala Portelli, na organização da cultura em moldes que não apenas realizem uma séria contribuição à análise social das tensões sociais, mas **parte** desta luta de classes. Posicionando-me enquanto pesquisador e intelectual militante (o “intelectual às avessas”, como propõe Gianni Bosio), procuro dialogar com os setores excluídos e marginalizados da sociedade, que buscam colocarem-se como alternativas de poder e porque não, assumir que a *luta de classes* também se dá no interior de posições acadêmicas e políticas na universidade?

Entrevistas:

1. Márcio Vargas Barbosa. Local e data: sede da Colônia de Pescadores Z-34, no Malhado, em Ilhéus-BA, em 21/08/2004. Entrevista realizada por Luiz Henrique dos Santos Blume.
2. Maria Eliúdes Oliveira da Silva, em 30.04.2007. Entrevista realizada por Luiz Henrique dos Santos Blume e Fabiana Santana de Andrade, na residência da marisqueira.

⁵ Entrevista com Júlia Dias de Castro (64 anos); Gileno Ferreira dos Santos (79 anos); Maria Helena Castro dos Santos (36 anos); Tertulina Ferreira Mota (64 anos). Naiara (sem identificação); Maria do Carmo (sem identificação). Entrevista realizada por Luiz Henrique dos Santos Blume, em 11/09/2008.

3. Júlia Dias de Castro (60 anos); Gileno Ferreira dos Santos (75 anos); Maria Helena Castro dos Santos (32 anos); Tertulina Ferreira Mota (59 anos). Local e data: Residência de D. Júlia e Sr. Gileno, no bairro do Teotônio Vilela, em Ilhéus, em 12/11/2004. Entrevistadores: Luiz Henrique dos Santos Blume e Fabiana de Santana Andrade.
4. Júlia Dias de Castro (64 anos); Gileno Ferreira dos Santos (79 anos); Maria Helena Castro dos Santos (36 anos); Tertulina Ferreira Mota (64 anos). Naiara (sem identificação); Maria do Carmo (sem identificação). Local e data: Residência de D. Júlia e Sr. Gileno, no bairro do Teotônio Vilela, em Ilhéus, em 11/09/2008. Entrevistador: Luiz Henrique dos Santos Blume.

Referências Bibliográficas:

BAKHTIN, Mikhail (Volochínov). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem. 9. ed. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1999.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. In: *Projeto História*. Cultura e Representação. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUCSP. (14) p.7-24. São Paulo: EDUC, fevereiro, 1997.